



**AGRICULTURA, MERCADOS E POBREZA RURAL  
EVIDÊNCIA DAS CHEIAS DE 2026 EM MOÇAMBIQUE**

**Yasser Arafat Dadá<sup>1</sup>**

## **1. INTRODUÇÃO**

As cheias registadas em Moçambique no início de 2026 devem ser analisadas como um choque hidrológico com implicações macroeconómicas e microeconómicas relevantes para a economia rural. Entre Dezembro de 2025 e Janeiro de 2026 verificaram-se episódios de precipitação intensa e temporalmente coincidente em diferentes bacias hidrográficas do país, com particular incidência no Sul, afectando as bacias do Limpopo, Incomáti e Umbelúzi, mas também com ocorrências reportadas no Save, Búzi, Pungué e Licungo<sup>2</sup>. A simultaneidade das chuvas em múltiplos pontos do território, incluindo áreas a montante fora das fronteiras nacionais, contribuiu para a elevação dos caudais e para a ocorrência de inundações em vários distritos<sup>3</sup>.

Dados de coordenação humanitária indicavam, a 19 de Janeiro de 2026, cerca de 600.000 pessoas afectadas directa ou indirectamente pelas cheias, com impactos significativos sobre habitações, infra-estruturas públicas e áreas agrícolas<sup>4</sup>. Em partes da província de Gaza foram reportados níveis de precipitação acumulada particularmente elevados num curto período temporal, contribuindo para o transbordo de cursos de água e inundações de zonas agrícolas de pequena escala<sup>5</sup>. As cheias combinam uma perda directa de produção e de activos agrícolas com uma ruptura de conectividade e de logística, afectando, simultaneamente, a oferta e a circulação de bens, pessoas e serviços. A própria resposta operacional descreve famílias isoladas e necessidades elevadas de assistência alimentar, com o PAM a anunciar a expansão da assistência para 450.000 pessoas e uma necessidade financeira de 32 milhões de dólares para três meses, sinal de uma quebra temporária da capacidade de auto provisão em áreas afectadas<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Yasser Arafat Dadá, Economista e Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pela Universidade de Lisboa. Doutor em Estudos de Desenvolvimento. Director e Pesquisador do OMR.

<sup>2</sup> UNICEF Mozambique (2026). Flood Response – Flash Update #2, 2 Fevereiro 2026.

<sup>3</sup> UNOCHA (2026). Mozambique Floods – HNRP Addendum January–June 2026.

<sup>4</sup> UNOCHA (2026). Mozambique Floods Situation Report, Janeiro 2026.

<sup>5</sup> UNICEF Mozambique (2026). Flood Response – Flash Update #2.

<sup>6</sup> <https://www.wfp.org/news/wfp-scales-food-assistance-record-floods-mozambique-leave-families-stranded>

Contudo, para efeitos desta análise, o foco não reside na qualificação do episódio como manifestação estrutural de mudança climática, mas na compreensão dos seus mecanismos de transmissão económica. Em economias rurais de baixa renda, choques hidrológicos afectam, simultaneamente, a oferta agrícola e os custos de transacção associados à circulação de bens e factores produtivos. A inundação de áreas cultivadas reduz a produção efectiva e destrói activos produtivos, incluindo sementes, equipamentos e, em alguns casos, efectivo pecuário. Em paralelo, a danificação de infra-estruturas rodoviárias e logísticas compromete a mobilidade de pessoas e mercadorias, elevando custos de transporte, risco e incerteza<sup>7</sup>.

No caso moçambicano, estes efeitos assumem particular relevância dado o peso estrutural da agricultura no emprego e no rendimento rural. Estimativas do Banco Mundial indicam que cerca de 69,5 por cento do emprego total em 2023 estava associado ao sector agrícola. A predominância de explorações familiares de pequena escala, com limitada capitalização e fraca capacidade de armazenamento, amplia a sensibilidade do sistema produtivo a choques físicos e logísticos. Dados empíricos sobre infra-estruturas em Moçambique revelam que grande parte das estradas secundárias e terciárias é não pavimentada, e que o acesso a mercados e serviços permanece limitado em amplas zonas rurais<sup>8</sup>. Neste contexto, danos viários não representam só constrangimentos temporários; representam também aumento abrupto de custos de transacção e redução da frequência de interacções de mercado.

O quadro pré-existente reforça a vulnerabilidade estrutural. Análises de segurança alimentar para o período de Outubro de 2025 a Março de 2026 estimavam níveis elevados de pessoas (cerca de 1,2 milhões) em insegurança alimentar aguda, antes do pico das cheias<sup>9</sup>. Este dado sugere que, já antes da cheia, o sistema rural estava sob pressão. A ocorrência de um choque hidrológico num contexto de fragilidade prévia tende a produzir efeitos desproporcionalmente altos sobre o rendimento, consumo e ose activos acumulados, sobretudo quando a base produtiva dependente de agricultura de sequeiro e de circuitos informais de comercialização.

Do ponto de vista analítico, o impacto das cheias de 2026 pode ser conceptualizado como um choque simultâneo na oferta agrícola e na estrutura de custos de transacção. A redução da produção afecta a disponibilidade local de alimentos; a deterioração da transitabilidade eleva custos de intermediação e dificulta a formação eficiente de preços. Em contextos de conectividade limitada, a interacção entre estes dois efeitos pode gerar

---

<sup>7</sup> Iimi, A. (2021). Estimating the Impact of Improved Roads on Access to Health Care: Evidence from Mozambique. Policy Research Working Paper 9726, World Bank.

<sup>8</sup> African Climate Foundation. (2023). *From climate risk to resilience: Unpacking the economic impacts of climate change in Mozambique* (Relatório n.º 800834-AFC-Mozambique-country-note-05A).

<sup>9</sup> IPC (2026). *Mozambique Acute Food Insecurity Snapshot, October 2025 – March 2026*.

desalinhamentos regionais de preços, perda de rendimento agrícola e aumento do custo de vida nos centros consumidores. Assim, a relevância económica do episódio excede a destruição física observável: trata-se de uma perturbação no mecanismo que transforma produção em consumo e em rendimento, que integra o meio rural na economia nacional.

Este Destaque Rural analisa as cheias de 2026 através da lente da agricultura, dos mercados e da pobreza rural. O objectivo é examinar as interacções entre perda de produção e ruptura logística, e seus efeitos na distribuição de rendimento e nos preços. A hipótese orientadora é que, num país com elevada dependência da agricultura familiar e com conectividade estruturalmente frágil, os choques hidrológicos não constituem só episódios meteorológicos; constituem também choques económicos nos sistemas com implicações directas na dinâmica da pobreza rural.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

A economia rural moçambicana é marcada por uma combinação de dependência elevada da agricultura familiar, fraca capitalização, baixa cobertura de seguros e de uma logística territorial que, em muitas zonas, opera perto do limiar mínimo de funcionalidade, mesmo em anos sem choques. É neste quadro que as cheias de 2026 devem ser lidas. Não como um episódio apenas hídrico, mas como um choque económico que interrompe, simultaneamente, a produção e o mecanismo que transforma produção em consumo e em rendimento. A destruição directa de culturas e a ruptura da conectividade física criam um efeito de dupla penalização para os pequenos produtores: perdem colheitas e perdem mercados. Em termos microeconómicos, o choque não se limita à quantidade produzida. Atinge os custos de transacção, separa ligações entre produtores, intermediários e consumidores, e induz reconfigurações de fornecedores, rotas, padrões de abastecimento e preços relativos entre zonas rurais e centros urbanos, com implicações imediatas para a pobreza rural.

### **2.1. Choque na produção agrícola e nos activos**

As cheias de 2026 ocorreram num período em que o meio rural se encontrava, em muitas províncias, na fase de instalação das culturas e de mobilização de trabalho e de insumos para a campanha agrícola. A perda de área cultivável e de culturas já implantadas reduzirá a oferta local de alimentos e, ao mesmo tempo, destrói activos que funcionam como “almofadas” de resiliência das famílias, nomeadamente sementes guardadas, pequenos equipamentos e instrumentos, armazéns e produtos armazenados, e animais. Do ponto de vista do rendimento rural, a devastação de machambas não representa só a perda do produto por colher. Representa também a perda de rendimento esperado para financiar

despesas essenciais (bens alimentares industrializados, saúde, transporte, educação, amortização de dívidas).

A evidência inicial aponta para perdas agrícolas relevantes em províncias no Sul e Centro. O Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas reportou (21 de Janeiro de 2026), por exemplo, mais de 10.000 hectares de cultivados inundados na província de Maputo, um sinal de escala que, mesmo sendo parcial e preliminar, permite inferir impactos significativos sobre produção e rendimento locais. A literatura sobre choques climáticos em economias agrárias mostra que as perdas na agricultura de pequena escala tendem a ter multiplicadores negativos sobre consumo local, procura de serviços e comércio rural, porque a base monetária da economia rural depende do excedente agrícola e da sua circulação. Numa economia em que a agricultura absorve cerca de 70% do emprego total, a transmissão do choque a partir do campo para a economia, como um todo, é estrutural; não marginal<sup>10</sup>.

## **2.2. Infra-estruturas danificadas e ruptura espacial de mercados**

Contudo, a dimensão decisiva está na forma como a perda de produção se combina com a ruptura logística e conseqüente funcionamento dos mercados. Em condições normais, uma redução da oferta tenderia a pressionar os preços em alta por efeito de escassez. Porém, quando as estradas ficam intransitáveis e os circuitos de transporte e intermediação se interrompem, o mercado deixa de funcionar como um espaço integrado e passa a operar de forma fragmentada. Nestas circunstâncias, podem coexistir, ao mesmo tempo, escassez em alguns centros de consumo e excesso localizado noutras zonas, preços urbanos elevados e preços ao produtor baixos ou ausência de compradores. O resultado depende do produto, da sua perecibilidade e, sobretudo, do grau efectivo de acesso ao mercado por parte dos produtores e consumidores.

Há dois áreas principais que ligam cheias a preços e rendimentos rurais: (1) perda de produção e de activos; (2) aumento dos custos de transacção e a fragmentação de mercados. Em condições normais, a diferença entre o preço no mercado urbano e o preço pago ao produtor no mercado rural reflecte custos de transporte, armazenamento, risco, informação e margens de intermediação. Em contexto de cheias, esses custos não aumentam gradualmente; disparam! E quando as estradas ficam intransitáveis, a integração espacial de mercados, isto é, a capacidade de mover bens de onde são produzidos para onde são consumidos, deixa de existir.

---

<sup>10</sup> World Bank. (2025). *Employment in agriculture (% of total employment) (modeled ILO estimate) – Mozambique*.

As avaliações feitas pela coordenação humanitária confirmaram danos extensos na rede viária. O PAM (Programa Mundial de Alimentos) referiu mais de 1.300 km de estradas danificadas e comunidades totalmente isoladas, um detalhe que, do ponto de vista económico, constitui uma medida directa de quebra de conectividade e de aumento abrupto de custos de transporte e de risco<sup>11</sup>. Foram impactos severos sobre a mobilidade interna e sobre a principal via de ligação do corredor que liga Maputo ao restante território, com efeitos imediatos sobre o movimento de pessoas e mercadorias.

Para a economia rural, a relevância destes dados é dupla. Primeiro, grandes perdas na maior parte da produção familiar que depende de estradas secundárias e terciárias, muitas vezes não-pavimentadas e estruturalmente vulneráveis. Segundo, a interrupção de eixos principais amplifica o problema, porque afecta o circuito de abastecimento de insumos (sementes, fertilizantes, combustível) e o circuito de escoamento. O resultado é um choque logístico que se soma ao choque na produção.

A evidência empírica e a informação sobre infra-estruturas em Moçambique são consistentes com a ideia de que falhas na rede viária reduzem acesso a serviços e mercados, sobretudo em zonas rurais onde as vias secundárias e terciárias são dominantes e, frequentemente, não-pavimentadas. Um estudo do Banco Mundial sobre estradas e acesso em Moçambique descreve que muitas estradas secundárias e terciárias são não-pavimentadas e que uma grande fracção da população rural tem acesso limitado, um quadro que torna plausível que choques, como as cheias, convertam vulnerabilidade crónica em ruptura aguda<sup>12</sup>.

### **2.3. Custos de transacção, comportamento de intermediários e falhas de abastecimento**

Em mercados agrícolas com elevada informalidade e baixa capacidade de armazenamento, os intermediários exercem um papel decisivo na formação de preços ao produtor. Em períodos de normalidade, o intermediário assume os custos de transporte e o risco, e obtém margem. Em contexto de cheias, o intermediário enfrenta um aumento do risco físico, do tempo de viagem, do custo de combustível, e da probabilidade de perda do produto. A resposta racional do intermediário é reduzir a frequência de viagens, seleccionar rotas e produtos menos perecíveis, e exigir margens maiores. Para os produtores isolados, isto traduz-se, em muitos casos, numa redução do preço recebido ou numa ausência de comprador. Para os consumidores urbanos, traduz-se em escassez e

---

<sup>11</sup> OCHA. (2026, 23 de Janeiro). *Mozambique: Floods HNRP Addendum – covering the period January–June 2026 (Issue January 2026) [EN/PT]*.

<sup>12</sup> Iimi, A. (2021). *Estimating the impact of improved roads on access to health care: Evidence from Mozambique* (Policy Research Working Paper No. 9726). World Bank.

aumento do preço. Ou seja, uma cheia pode gerar, simultaneamente, queda dos rendimentos rurais e alta de preços urbanos.

Este mecanismo é especialmente severo em produtos perecíveis, como hortícolas, e em cadeias onde o armazenamento é limitado. Quando as estradas são cortadas, a perecibilidade transforma-se em perda efectiva e o produtor pode preferir vender a qualquer preço para reduzir a sua perda total, o que pressiona o preço ao produtor para baixo. Por contraste, nos centros urbanos, a redução de fluxo físico de alimentos pressiona preços para cima. Do ponto de vista de bem-estar, este é um dos piores cenários: queda do rendimento onde a pobreza é mais elevada (zona rural) e aumento do custo de vida onde a procura alimentar afecta mais os pobres urbanos.

As cheias de 2026 ocorreram num contexto regional de elevada vulnerabilidade alimentar e relatórios de monitoria de segurança alimentar já indicavam pressões significativas no período de Outubro 2025 a Março 2026. O IPC<sup>13</sup> estimou níveis elevados (cerca de 1,2 milhões) de pessoas em insegurança alimentar aguda nesse intervalo de tempo, o que sugere um quadro de fragilidade pré-existente em que um choque logístico tende a produzir impactos desproporcionais<sup>14</sup>. O FEWS NET, ao actualizar mensagens para Janeiro de 2026, referiu perdas de culturas, mortes de gado e disrupções de mercados e de meios de vida em áreas afectadas por transbordo de bacias hidrográficas, confirmando o canal de mercado e logística como componente central do choque<sup>15</sup>.

#### **2.4. Implicações para pobreza rural e para a estratégia de resposta**

A ligação entre cheias, mercados e pobreza rural opera por vários canais, mas dois são particularmente robustos. Primeiro, a perda de rendimento agrícola reduz consumo, força à venda de activos e aumenta endividamento, aprofundando pobreza de forma potencialmente duradoura. Segundo, a alta de preços alimentares em mercados consumidores, combinada com perda de rendimento no campo, reduz a capacidade de compra e aumenta insegurança alimentar, especialmente em agregados já próximos da linha de sobrevivência.

---

<sup>13</sup> IPC significa *Integrated Food Security Phase Classification* que em português significa Classificação Integrada da Segurança Alimentar em Fases. É uma metodologia internacional usada por governos, agências das Nações Unidas e organizações humanitárias para avaliar a gravidade da insegurança alimentar e orientar respostas de emergência.

<sup>14</sup> IPC. (2026, 13 de Janeiro). *Mozambique: IPC Acute Food Insecurity Snapshot | October 2025 – March 2026 [EN/PT]*.

<sup>15</sup> FEWS NET. (2026, Janeiro). *Mozambique: Key Message Update – Crisis (IPC Phase 3) outcomes prevail in Mozambique due to multiple shocks*.

A pobreza em Moçambique é elevada e publicações do Banco Mundial sublinham níveis significativos de privação, o que implica que os choques que reduzem rendimento e elevem preços têm um potencial elevado de empurrar mais agregados para situações de pobreza e para níveis mais profundos<sup>16</sup>. No plano da resposta, a própria escala da operação humanitária em 2026 sinaliza a severidade do choque. O PAM anunciou a expansão da assistência alimentar a pessoas afectadas e uma necessidade financeira mais elevada para sustentar a operação no curto prazo, o que, do ponto de vista económico, é um indicador indirecto da quebra da capacidade de auto-provisão alimentar em áreas afectadas<sup>17</sup>. O UNICEF, por sua vez, descreveu a precipitação extrema e agravamento por chuvas a montante, reforçando que o fenómeno não é meramente pontual, mas sistemático, com impacto em bacias hidrográficas e, portanto, em territórios agrícolas amplos<sup>18</sup>.

Para além da assistência imediata, a lógica económica sugere que a recuperação deve ser desenhada para restaurar rapidamente a função de mercado, porque, sem mercados funcionais, a ajuda pode conter a fome, mas não restaura o rendimento. Em linguagem simples, salvar consumo sem restaurar escoamento e mobilidade deixa a economia rural num regime de dependência de ajuda, com risco de erosão adicional de activos e de aumento e agravamento da pobreza. Por isso, numa abordagem de economia do desenvolvimento, a reabilitação de acessos rurais e de pontos críticos de transporte não é um complemento; é um instrumento de redução de pobreza, porque reduz custos de transacção, recupera a integração dos mercados e reanima mecanismos de rendimento no campo.

### 3. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

#### 3.1. Conclusão

A análise das cheias de 2026 através da lente da agricultura, dos mercados e dos preços confirma que o impacto económico do evento excede a destruição física de culturas e de infra-estruturas. O que se observa, de forma consistente com a literatura em economia do desenvolvimento aplicada a choques externos, é um choque sistémico no funcionamento do mercado, no qual a perda de produção agrícola e a ruptura logística interagem para produzir efeitos distributivos assimétricos contra o meio rural.

Quando as cheias destroem machambas, o choque inicial é um choque de oferta. Contudo, quando as estradas secundárias, terciárias e eixos principais ficam intransitáveis, o choque

---

<sup>16</sup> World Bank. (2025). *Poverty & Equity Brief: Mozambique*.

<sup>17</sup> World Food Programme. (2026, 30 de Janeiro). *WFP scales up food assistance as record floods in Mozambique leave families stranded*.

<sup>18</sup> UNICEF Mozambique. (2026, 2 de Fevereiro). *Flood Response – Flash Update #2*.

transforma-se num problema de coordenação económica e espacial. A agricultura familiar perde duas vezes: perde produto e perde a capacidade de converter o produto em consumo e em rendimento monetário. Os mercados deixam de funcionar como mecanismos de transmissão eficiente de preços e passam a operar de forma separada, com preços baixos ao produtor em zonas isoladas e preços elevados ao consumidor em centros urbanos. Este fenómeno é estruturalmente previsível num país com elevada dependência da agricultura de sequeiro, baixa capacidade de armazenamento e uma rede viária vulnerável.

A evidência disponível para 2026 mostra que a interrupção da conectividade foi extensa e afectou, tanto vias principais, como acessos rurais, amplificando custos de transacção e reduzindo drasticamente a frequência e o alcance da intermediação comercial. Em termos económicos, isto significa que a recuperação não pode ser entendida só como reposição de produção, mas também como restauração da função do mercado. Sem mercados funcionais, a assistência alimentar atenua a fome no curto prazo, mas não impede a erosão de activos, o endividamento e o aprofundamento da pobreza rural.

As cheias de 2026 revelam, assim, não apenas uma vulnerabilidade climática, mas uma fragilidade estrutural do modelo de integração entre o meio rural e os mercados. Ignorar esta dimensão significa aceitar a repetição cíclica de crises, com custos humanos e económicos acumulativos.

## **3.2. Recomendações de política económica e de desenvolvimento**

As recomendações que se seguem partem do princípio de que a resposta eficaz às cheias deve combinar intervenções de curto e médio prazos e reformas estruturais orientadas para a resiliência de mercados e cadeias de abastecimento.

### **3.2.1. Curto prazo: proteger rendimento e reactivar mercados locais**

Para além da assistência alimentar, a prioridade económica deve ser proteger o rendimento agrícola residual e evitar o colapso total da actividade de mercado no meio rural. Isto implica, primeiro, assegurar a transitabilidade mínima nos acessos críticos, mesmo através de soluções temporárias, para permitir a circulação de bens essenciais e o escoamento de produtos agrícolas disponíveis. A evidência mostra que pequenas intervenções em pontos estratégicos podem reduzir significativamente o isolamento económico.

Os programas de apoio à comercialização local devem ser considerados, incluindo compras públicas ou para-públicas de produtos agrícolas nas zonas afectadas, sempre que a produção ainda exista. Estas compras funcionam como mecanismo de estabilização da

queda de preços ao produtor e de injeção de liquidez na economia rural, reduzindo a necessidade de venda de activos produtivos a preços baixos. Em contextos de choques logísticos, esta abordagem é mais eficaz do que intervenções centradas só no consumo.

### **3.2.2. Médio prazo: reduzir custos de transacção e restaurar a conexão espacial**

Reabrir e estabilizar corredores principais e ligações logísticas estruturantes, porque, sem eles, não circulam máquinas, insumos, comércio, nem serviços, e as estradas secundárias e terciárias ficam, na prática, sem função plena. Também, reabilitar acessos secundários e terciários que ligam zonas de produção a mercados distritais e provinciais, com critérios de drenagem, materiais e desenho que reduzam vulnerabilidade a episódios futuros. A literatura empírica sobre Moçambique e outros países de baixa renda mostra que os investimentos em acessos rurais têm retornos elevados em termos de integração de mercados, redução de preços de alimentos e aumento de rendimento agrícola. Neste sentido, a reconstrução pós-cheias deve incorporar critérios de resiliência climática, evitando a simples “remendo” de infra-estruturas vulneráveis.

Paralelamente, é fundamental reforçar a capacidade de armazenamento e conservação das colheitas ao nível local. A elevada perecibilidade de muitos produtos agrícolas amplifica perdas quando a logística falha. Pequenos investimentos em infra-estruturas de armazenamento, secagem e transformação primária podem reduzir significativamente a vulnerabilidade dos produtores a choques de transporte e aumentar o poder de negociação face aos intermediários.

### **3.2.3. Longo prazo: resiliência estrutural e transformação do sistema agro-logístico**

A longo prazo, a resiliência rural a cheias passa por tratar o núcleo do problema: gestão das águas e capacidade institucional. A prevenção e a redução de perdas exigem instituições com competência técnica, poder de decisão e coordenação intersectorial, capazes de planear bacias, operar infra-estruturas existentes, manter sistemas de drenagem e garantir manutenção regular, em vez de respostas apenas reactivas. Sem este pilar, novas infra-estruturas degradam-se e os riscos repetem-se.

O ordenamento do território agrícola deve ser revisto com base em risco combinado, integrando cheias e secas, e usando informação climática e de uso do solo para orientar localização de investimentos, protecção de áreas produtivas e desenho de sistemas de irrigação, retenção de águas e de drenagem.

A diversificação deve ser entendida da seguinte forma: diversificar fontes de rendimento, reforçar práticas e culturas mais tolerantes à variabilidade climática quando a evidência local apontar para maior aridez, e melhorar serviços de extensão e acesso à tecnologia

apropriada. Não se trata de presumir uma única campanha agrícola, mas de fortalecer opções e reduzir a fragilidade quando uma época falha.

Finalmente, instrumentos de gestão de risco devem ser desenhados com operacionalidade: fundos de contingência, linhas de crédito pré-aprovadas para reposição rápida de sementes e pequenos activos, e, onde fizer sentido técnico e institucional, instrumentos indexados a indicadores climáticos, com regras claras de activação. Tudo isto depende de melhor recolha e análise de informação, monitoria e capacidade de implementação. A política de resposta a desastres tem de incorporar explicitamente esta perspectiva económica, porque tratar cheias apenas como crise humanitária é insuficiente. São choques no desenvolvimento que expõem falhas de integração do meio rural na economia nacional. Corrigir essas falhas é condição para reduzir pobreza, estabilizar preços alimentares e sustentar um trajecto de desenvolvimento rural compatível com a variabilidade climática do país.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito, o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores

**E-mail:** [office@omrmz.org](mailto:office@omrmz.org)

**Endereço:** Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.  
Maputo – Moçambique